

Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto

Maria Angélica Furtado da Cunha

Recebido 20, jun. 2006/Aprovado 5, ago. 2006

Resumo

Este artigo focaliza a relação gramatical objeto direto, com o fim de analisar as diferentes manifestações discursivas desse elemento. A partir da análise, é proposto um tratamento gradiente dessa relação gramatical, através de uma escala que ordena os objetos diretos de acordo com o seu grau de prototipicidade. A pesquisa segue uma perspectiva funcionalista do estudo da língua, discutindo aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos do objeto direto e tomando as propriedades sintáticas como derivadas de propriedades semânticas e sintáticas do verbo a que o objeto direto está relacionado. Os dados empíricos correspondem a oito narrativas conversacionais extraídas do Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade de Natal.

Palavras-chave: *estrutura argumental, objeto direto, tratamento escalar.*

1. Introdução

Este artigo focaliza a relação gramatical objeto direto, com o fim de analisar as diferentes manifestações discursivas do elemento que tradicionalmente se classifica como objeto direto.¹ A partir dessa análise, pretende-se propor um tratamento gradiente dessa relação gramatical, sugerindo uma escala que ordena os objetos diretos de acordo com o seu grau de prototipicidade. Essa organização hierárquica se correlaciona a processos de natureza cognitiva e de natureza pragmático-comunicativa que regulam as tendências de manifestação discursiva da estrutura argumental dos predicados.

Fundamentada em pressupostos teóricos funcionalistas e cognitivistas, assumo que há um paralelismo entre a categorização conceptual e a categorização lingüística, ou seja, conhecimento do mundo e conhecimento lingüístico não são separados (FURTADO DA CUNHA et al., 2003; TAYLOR, 1998; TOMASELLO, 1998).

Nesse quadro, as análises lingüísticas se baseiam no uso concreto da língua pelos falantes, admitindo que a gramática se molda a partir do uso lingüístico que se dá em situações comunicativas. A gramática é, pois, o resultado da cristalização ou regularização de estratégias discursivas recorrentes, que decorrem de pressões cognitivas e, sobretudo, de pressões de uso. As regularidades observadas no uso interativo da língua são explicadas com base nas condições discursivas em que se verifica esse uso.

De acordo com a proposta funcionalista, portanto, os padrões gramaticais estão estritamente relacionados à estrutura do discurso e podem, em muitos casos, ser explicados em termos dessa estrutura. Nesse sentido, a investigação do modo como as orações se organizam e se manifestam no discurso interativo tem de levar em conta fatos probabilísticos, como a frequência de ocorrência de um dado padrão, em substituição à concepção de que aos verbos, ou predicados, correspondem a estruturas argumentais ou valência fixas, que estabelecem, *a priori*, o número de participantes que um dado predicado evoca. Compar-tilho, portanto, a idéia, corrente na lingüística contemporânea, de que os verbos são listados no léxico com molduras (*frames*) que especificam quais argumentos são obrigatórios e quais são opcionais. Os falantes dominam essa informação à medida que adquirem sua língua materna.

A perspectiva de análise que adoto situa esta pesquisa no domínio de interface entre sintaxe, semântica e pragmática, de acordo com a postura teórico-metodológica corrente no quadro da Lingüística Funcional norte-americana (cf. FURTADO DA CUNHA; COSTA, 2001). Logo, as propriedades sintáticas do

¹ Esse artigo faz parte de uma pesquisa, em desenvolvimento, sobre as manifestações discursivas da estrutura argumental (estágio de pós-doutorado, apoiado pelo CNPq - processo 200756/2003-6, na University of California, Santa Barbara). Concentra-se na sintaxe do objeto direto, o que significa que os papéis semânticos que ele pode desempenhar não serão examinados aqui. Adianta-se, contudo, que o objeto é uma categoria semanticamente heterogênea.

objeto examinadas aqui decorrem das propriedades semânticas e pragmáticas dos verbos a que se ligam.

Os dados empíricos correspondem a oito narrativas conversacionais², extraídas do *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal* (FURTADO DA CUNHA, 1998), produzidas por 4 estudantes do terceiro ano do ensino médio. O material analisado consiste de 28.717 palavras, sendo 26.069 dos textos falados e 2.648 dos textos escritos correspondentes.

2. Estrutura argumental e valência

De um modo geral, os conceitos de regência verbal,³ valência verbal,⁴ estrutura argumental e transitividade são tratados como sinônimos tanto nas gramáticas tradicionais como nas gramáticas descritivas (cf. CUNHA; CINTRA, 1985; SAID ALI, 1971; NEVES, 2000; PERINI, 1995, entre outros).

A estrutura argumental de um dado verbo especifica gramaticalmente quantos nomes vão acompanhá-lo, e que papéis vão desempenhar, na oração (CHAFE, 1979; FILLMORE, 1977). De um ponto de vista cognitivo, uma estrutura argumental nada mais é do que uma estrutura de expectativas desencadeadas pelo verbo (DU BOIS, 2003).

Os termos “valência” e “estrutura argumental” normalmente se referem ora ao aspecto sintático da relação entre o predicado e seus argumentos, ora à relação semântica entre eles, ora a ambos, salientando o papel dominante do verbo na estruturação gramatical da oração em que ocorre. Desse modo, a estrutura argumental pode focalizar as relações gramaticais dos argumentos (sujeito, objeto direto, etc.), assim como os papéis semânticos que lhes são atribuídos (agente, paciente, etc.). Um outro tipo de valência, a pragmática, trata dos diferentes modos em que essencialmente a mesma informação, ou o mesmo conteúdo semântico, pode ser estruturado de maneiras diferentes a fim de refletir o fluxo de informação velha ou nova (COMRIE, 1981). Portanto, os verbos e suas estruturas argumentais, como tantos elementos na gramática, são multifuncionais: são capazes de servir simultaneamente a funções sintáticas, semânticas e pragmáticas.

“Transitividade” (do latim *transitivus* = que vai além, que se transmite), em seu sentido original, denota a transferência de uma atividade de um agente para um paciente. Para a Gramática Tradicional, a transitividade é uma propriedade do verbo, e não da oração: são transitivos aqueles verbos cujo processo se transmite a outros elementos, que lhes completam o sentido. Por oposição, nos verbos intransitivos “a ação não vai além do verbo” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 132). Ou seja, a classificação de um verbo como transitivo ou intransitivo se apóia na presença/ausência de um Sintagma Nominal objeto (critério sintático)

² O termo “narrativa conversacional” se refere a narrativas em que há tomada de turno, mas o narrador mantém o turno a maior parte do tempo.

³ Regência é a relação de dependência que se dá entre um termo regente e um termo regido. A regência é um fenômeno formal que apenas informa se o verbo pede um objeto (direto ou indireto). Esse conceito não será examinado aqui.

⁴ Termo emprestado da química e introduzido por Tesnière (1959), indicando o número de argumentos que um verbo subcategoriza.

exigido pelo significado do verbo (critério semântico). Apesar da distinção formal rígida entre verbos transitivos e intransitivos, as gramáticas são unânimes em salientar o fato de que “a linha de demarcação entre verbos transitivos e intransitivos nem sempre pode ser rigorosa. Alguns verbos transitivos podem ser empregados intransitivamente”, como *comer* e *beber* em: *comer carne, beber vinho, o doente não come nem bebe* (SAID ALL, 1971, p. 165). Cunha e Cintra (1985, p. 134) fazem referência ao papel do contexto lingüístico na interpretação/aferição da transitividade do verbo: “a análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente. O mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente”. Conclui-se, então, que a transitividade não é uma propriedade intrínseca do verbo enquanto item lexical, mas está sujeita a fatores que ultrapassam o âmbito do Sintagma Verbal.

Com base no fato de que alguns verbos classificados pela gramática como transitivos podem ocorrer sem objeto direto explícito, Perini (1995) critica o tratamento tradicional e avança uma proposta de análise em que cada verbo seja especificado (supostamente no léxico, embora Perini não esclareça) com relação à possibilidade de ocorrência de objeto direto. Assim, os verbos seriam marcados como: **exige** objeto direto (ex. *fazer*), **recusa** objeto direto (ex. *nascer*) e **aceita livremente** objeto direto (ex. *comer*). Perini (1995, p. 168) argumenta a favor de uma concepção de transitividade puramente formal, que utiliza a função sintática “objeto direto” para marcar cada verbo, “sem referir-se a traços do seu significado”, embora admita que “evidentemente, existe uma relação entre transitividade e traços do significado dos verbos”, como a exigência de agente, paciente, etc. (p. 170).

Uma alternativa de análise para a questão da transitividade é fornecida pelo quadro teórico da Lingüística Funcional norte-americana, de inspiração em Givón, Hopper, Thompson, entre outros. De acordo com esse tratamento, a transitividade é entendida não como uma propriedade categórica do verbo, mas como uma propriedade escalar (ou gradiente) da oração como um todo. Embora o presente estudo se alinhe a essa abordagem, a questão da transitividade oracional não será examinada aqui.⁵

Neste trabalho, vou utilizar a noção de estrutura argumental sintática, tomada como correspondente a valência, assim definida: a estrutura argumental de um verbo representa o número de argumentos que ele pode (argumento opcional) ou deve tomar (argumento obrigatório). Por sua vez, o termo “argumento” identifica qualquer elemento sintático relacionado ao verbo. Como se pode ver, estrutura argumental e valência referem-se ao mesmo fenômeno.

As noções de valência (PAYNE, 1997; BORBA, 1996), estrutura argumental (GOLDBERG, 1995; PERINI, 1995) e transitividade (HOPPER; THOMPSON, 1980; THOMPSON; HOPPER, 2001)

⁵ Cf. Furtado da Cunha (1996, 2002).

têm atraído o interesse de muitos pesquisadores. O estudo da natureza da relação entre o predicado e seus argumentos, contudo, tem-se restringido, em grande parte, à análise de exemplos construídos ou de textos escritos. Poucos trabalhos, em especial sobre o português, examinam como a estrutura argumental e a transitividade se manifestam no discurso interacional.⁶ Apoiada nos pressupostos teóricos funcionalistas, assumo que as questões que surgem quando se trabalha com dados reais de interação comunicativa apresentam sérias implicações para a nossa compreensão da gramática da oração.

A estrutura argumental tem sido uma questão central na investigação da gramática das línguas humanas. Na lingüística contemporânea, “estrutura argumental” aponta para a idéia de que o léxico de uma língua contém informação sobre as molduras (*frames*) dos verbos, que descrevem quais argumentos são indispensáveis e quais são facultativos (DIK, 1989; FILLMORE, 1968; LANGACKER, 1987; PAYNE, 1997, entre outros). Para muitas línguas, isso significa listar as molduras em que um dado verbo pode participar. Parece consensual que a estrutura argumental dos verbos é um tipo de conhecimento que o falante adquire à medida que aprende a usar sua língua. Contudo, as discussões sobre esse aspecto da gramática têm sido baseadas em exemplos fabricados, e não em textos reais.

Thompson e Hopper (2001) citam vários problemas envolvidos no estudo da gramática da oração sob a perspectiva da estrutura argumental, tais como: cenas (*scenes*), predicados sem estrutura argumental e fronteiras indeterminadas entre predicados de um participante e de dois participantes.

Com relação a cenas, a metodologia utilizada para determinar a valência semântica⁷ de um verbo é imaginar ou conceitualizar cenas para esse verbo, ou seja, quem ou o quê deve estar presente para esse verbo. Contudo, pesquisas baseadas em *corpora* identificaram um leque de usos de verbos que não aparecem nas investigações sobre a estrutura argumental baseadas na introspecção.

No que se refere a predicados sem estrutura argumental, Thompson e Hopper (2001) argumentam que *corpora* de conversações do dia-a-dia registram muitas expressões lexicalizadas ou pré-fabricadas que são apre(e)ndidas como unidades e que não se prestam a uma análise baseada em verbos que escolhem os participantes com que ocorrem.⁸ Em português, temos como exemplo as expressões *dar um cochilo* ou *ter confiança*.

Quanto à impossibilidade de traçar fronteiras nítidas entre predicados de um e de dois participantes, os autores observam que, além de as línguas naturais diferirem quanto à marcação desses predicados, em uma mesma língua os predicados variam em relação à especificação clara dos sintagmas nominais com os quais podem ocorrer. Desse modo, alguns verbos podem

⁶ Cf. Borba (1996) que trata a questão da valência a partir de exemplos criados. Outros autores abordam a estrutura argumental preferida, como Pezzatti (1996) e Camacho (1996), utilizando dados do NURC.

⁷ Valência semântica é o número de participantes que devem estar presentes na cena expressa pelo verbo. Por exemplo, o verbo *comer* tem uma valência semântica de dois, já que deve haver pelo menos alguém que come e uma coisa comida (PAYNE, 1997).

⁸ Vale notar que, ao referir-se a “predicados sem estrutura argumental”, Thompson e Hopper (2001) não levam em conta o argumento sujeito, mas apenas o argumento objeto, que forma um todo com o verbo que acompanha.

alternar entre uma configuração de um participante ou de dois participantes, retendo o mesmo significado básico, o que comprova a fluidez entre as duas categorias de predicado. Veja-se, por exemplo, a alternância entre *Eu fevi a água* e *A água já ferveu*.

Para muitos lingüistas, a estrutura argumental sintática e a semântica (também chamada *case frame*) de um verbo devem ser especificadas na entrada lexical, ou dicionário (PAYNE, 1997). De acordo com essa orientação, para que uma oração seja bem formada, é exigida a presença explícita ou implicada dos argumentos que mantém uma relação gramatical ou semântica específica com o verbo da oração. Isso significa que a um determinado verbo corresponderia uma estrutura argumental rígida, cristalizada, donde se pode concluir que a não realização dessa estrutura acarretaria em dificuldade ou mesmo impossibilidade de interpretação do enunciado.

Pelo que foi exposto, conclui-se que há vários problemas envolvidos na visão tradicional da estrutura argumental, que leva em conta cenas fixas. Na verdade, a estrutura argumental parece ser muito mais variável em comparação com o que geralmente se afirma sobre a gramática das orações. Trabalhos recentes na linha funcionalista evidenciam que a estrutura argumental tem a ver com frequência de ocorrência de um verbo em situações reais de uso lingüístico. O modo como os verbos se combinam com nomes não é uma propriedade estável dos itens no léxico mental, mas um fato altamente variável. Nessa perspectiva, não há espaço para estruturas argumentais fixas ou rígidas. Ao definir cada relação sintática e cada papel semântico associados a um verbo, define-se um protótipo. Cada verbo especifica sua própria moldura proposicional única, seu próprio arranjo único de papéis sintáticos e semânticos. O conhecimento que adquirimos sobre os verbos – com que elementos ele se combina – pode não estar estocado em categorias nitidamente distintas. Um verbo como *comer*, por exemplo, pode ser estocado como transitivo ou intransitivo. Diversas pesquisas confirmam (THOMPSON; HOPPER, 2001; TAYLOR, 1995; LAKOFF, 1987; LABOV, 1973) que as categorias lingüísticas se comportam como as categorias humanas de um modo geral. Ao se deparar com um novo verbo (por exemplo, *dolarizar*, em português, ou *e-mail*, em inglês), o falante pode tratá-lo como um membro prototípico da classe dos verbos e até mesmo como um membro da subclasse de verbos com dois argumentos. Assim, a gramática da oração ou estrutura argumental é formada do mesmo modo que as outras categorias: através do contínuo processo cognitivo de classificação, refinamento e generalização a partir das interações comunicativas diárias. Como defendem Thompson e Hopper (2001), o sentido de um verbo ou predicado está relacionado aos esquemas léxico-gramaticais em que ele pode ocorrer, e a estrutura argumental é essencialmente um subconjunto desses esquemas.

Vimos que as orações simples são definidas em termos de suas molduras, uma semântica e a outra sintática. A moldura sintática refere-se aos papéis gramaticais (estrutura sintática dos tipos de oração), enquanto a moldura semântica diz respeito aos papéis dos participantes (estrutura semântica dos tipos de estado/evento), conforme Givón (2001). O isomorfismo forma-função na oração simples é expresso em termos do mapeamento sistemático entre as relações gramaticais dos participantes e seus papéis semânticos no estado/evento descrito na oração.

Somente através do exame de dados de textos reais é possível determinar como os verbos e seus argumentos são usados por falantes reais, engajados em interações comunicativas. A análise desses dados pode fornecer material relevante para a compreensão de como os humanos produzem e processam a linguagem. Este trabalho se volta, portanto, para a observação dos padrões recorrentes nos textos para saber que construções os falantes de fato usam, categorizam e estocam.

3. A relação gramatical objeto direto

As línguas tendem a ter três categorias distintas de relações gramaticais nucleares: sujeito, objeto direto e objeto indireto. Essa limitação formal provavelmente reflete as limitações cognitivas dos humanos em rastrear os papéis dos participantes em uma dada situação e/ou o número de papéis de participantes necessários para expressar os tipos de mensagens (ou proposições) que os humanos normalmente expressam. Em outras palavras, há duas, possivelmente três, categorias necessárias para manter os papéis dos participantes distintos na interação humana normal sem sobrecarregar a mente.

Os argumentos nucleares são aqueles mais centrais à estrutura da oração. Tendem a ser altamente gramaticalizados, isto é, obrigatórios e não opcionais, e relativamente desbotados de significado semântico específico.

As relações gramaticais são categorias formais automatizadas (aprendidas ou institucionalizadas) que permitem às línguas lidar com um extenso leque de variabilidade no reino dos papéis semânticos e do *status* pragmático. Logo, elas têm apenas uma correlação frouxa com as relações semânticas e pragmático-discursivas, embora muitos lingüistas concordem que as relações gramaticais não podem ser inteiramente compreendidas a menos que sejam relacionadas aos papéis semânticos e pragmáticos dos argumentos.

Nas gramáticas normativas, o objeto direto geralmente é definido como o Sintagma Nominal (SN) complemento de um verbo transitivo direto, ou seja, o complemento que normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a ação verbal. Segundo essa definição, o objeto direto é um termo integrante, isto é, completa o sentido do verbo e é

indispensável à compreensão da mensagem (CUNHA; CINTRA, 1985; FARACO; MOURA, 1991). Essa definição é bastante semelhante às que se encontram na literatura lingüística, as quais destacam ainda que o objeto direto é um argumento nuclear (*core argument*), seja qual for o papel semântico que desempenha (SCHLESINGER, 1995, entre outros).

Um argumento nuclear é parte da definição mental de um verbo e corresponde ao participante que é inerentemente implicado no evento ou estado expresso pelo verbo, ou seja, para que o evento ocorra, é necessário que haja tal participante. A entrada lexical de um verbo como *demolir*, por exemplo, tem como um dos seus argumentos nucleares um SN que diz respeito ao referente que é demolido.

Embora esteja especificado na entrada lexical de um dado verbo, o fato de o objeto direto representar um argumento nuclear não exclui a possibilidade de omissão desse argumento, pois ele pode ser recuperado ou inferido do contexto. Note-se, porém, que recuperabilidade não é uma questão de tudo ou nada: a escolha entre duas alternativas tem determinantes pragmáticos, como veremos adiante.

À relação gramatical objeto direto deve corresponder um determinado papel semântico, especificado pelo tipo semântico de verbo. Os papéis semânticos são relações conceituais no “mundo da mensagem” (PAYNE, 1997), definido como o domínio conceitual expresso pela linguagem, que é distinto do domínio formal da estrutura lingüística. Os conceitos existem mesmo se não forem lingüisticamente expressos, daí a possibilidade de não realização do objeto direto. Idealmente, os papéis semânticos são papéis que os participantes desempenham nas situações do mundo das mensagens, distintos da codificação lingüística dessas situações. Por exemplo, o verbo *comer* tem conceitualmente (semanticamente) dois argumentos. Formalmente, os falantes podem ajustar o conteúdo de suas mensagens, mencionando mais ou menos argumentos do que esses dois previstos na estrutura argumental de *comer*. Em *As crianças já comeram*, entendemos que as crianças comeram algo; simplesmente não interessa, para os propósitos desse ato comunicativo particular, o que elas comeram.

Em princípio, muitos verbos podem ter mais de uma moldura semântica; isto é uma outra maneira de dizer que eles têm “sentidos” diferentes. A expressão gramatical do papel semântico e do *status* pragmático de um dado SN pode ser entendida em termos da função comunicativa da língua.

As relações gramaticais são geralmente consideradas como relações entre argumentos e predicados em um nível da estrutura lingüística que é independente de (isto é, que não é sensível a) influências semânticas e pragmáticas (PAYNE, 1997). Se as relações gramaticais fossem um tipo de representação ou mapeamento de papéis semânticos e/ou de *status* pragmático,

então sua existência poderia ser explicada em termos da função comunicativa da língua. Contudo, não se pode dizer que isso aconteça porque uma dada relação gramatical pode expressar diferentes papéis semânticos, por um lado, e papéis semânticos particulares podem ser expressos por diferentes relações gramaticais, por outro. De um ponto de vista funcional, a relação entre *status* pragmático, papel semântico e relação gramatical é motivada em termos da noção de protótipo. Por exemplo, um SN que tanto é agente semântico quanto tópico pragmático provavelmente vai ser expresso como um sujeito gramatical. Esse SN seria um sujeito prototípico. Do mesmo modo, um SN que representa simultaneamente o paciente semântico e o foco (a informação nova) da oração tende a ser expresso como objeto direto. A conjunção desses aspectos define o objeto prototípico, assim como a posição pós-verbal, no português.

4. Tratamento escalar do objeto direto

Para este estudo, trabalhei com um universo de 1.365 ocorrências (1.197 na fala e 168 na escrita) de verbos transitivos, isto é, verbos cuja moldura semântica implica a existência de um argumento objeto direto. A partir da análise desse material, é possível verificar tendências recorrentes no discurso no que diz respeito à realização do argumento objeto.

A análise dos dados coletados, apoiada na leitura da bibliografia especializada, levou-me a uma proposta de um tratamento gradiente da relação gramatical objeto direto (*objecthood*), que ordena os objetos diretos de acordo com seu grau de prototipicidade:

Objeto Direto explícito > Zero anafórico > Zero inferido >
Objeto Direto oracional > Complexo Verbo + Objeto.

Isso significa que, como muitas outras categorias lingüísticas, a categoria “objeto direto” não é discreta, uma vez que é composta por membros que não apresentam um mesmo estatuto ou as mesmas propriedades inerentes. Há, portanto, diferentes manifestações discursivas do que tradicionalmente se classifica como objeto direto. Cabe enfatizar que essa escala leva em conta as propriedades sintáticas do argumento objeto direto, embora considerações semânticas e pragmáticas não possam ser descartadas. O quadro 1 dispõe os resultados encontrados para cada tipo de objeto direto, tanto na fala quanto na escrita:

Tipo de objeto	Fala	Escrita
OD Explícito	671 (56%)	132 (79%)
OD Zero	292 (24%)	13 (8%)
OD Oracional	130 (11%)	16 (9%)
Complexo V + OD	104 (9%)	7 (4%)
TOTAL	1197 (100%)	168 (100%)

Quadro 1: Distribuição dos dados

A primeira categoria da escala – Objeto Direto explícito – corresponde ao objeto prototípico, expresso por um SN cuja distribuição é pós-verbal, tende a constituir o foco do enunciado e a representar o papel semântico de paciente, ou objeto afetado. Esse tipo é o mais freqüente, nos dados de fala e de escrita. Vejamos alguns exemplos:

- (1) ele **matou** um professor ... (*Corpus D&G*, p. 184).
- (2) ele **realizou** um sonho dela, né? (*Corpus D&G*, p. 235).

Na escala, a segunda e terceira categorias correspondem aos objetos diretos não explícitos, que se afastam do protótipo porque o objeto não é informação nova, ou foco, daí a omissão.⁹ O objeto zero ocorre três vezes mais na fala do que na escrita, dadas as propriedades pragmáticas específicas que caracterizam seu uso, como veremos a seguir. O objeto zero anafórico compreende os objetos contextualmente dados ou recuperáveis, e corresponde aos complementos definidos nulos (*definite null complements*, na terminologia de Fillmore, 1986). A categoria zero inferido compreende os objetos previstos pela estrutura semântica do verbo, e corresponde aos objetos indefinidos nulos (*indefinite null complements*, na classificação de Fillmore, 1986). Isso significa que os objetos diretos não-expressos não compartilham as mesmas propriedades, isto é, há diferentes tipos de zero, pois enquanto os objetos anafóricos apontam para um referente único, recuperado do contexto discursivo anterior, no caso dos inferidos não há nenhum argumento que possa ser razoavelmente evocado do contexto prévio. Os enunciados (3) e (4) exemplificam o objeto zero anafórico, enquanto (5) e (6) ilustram o objeto zero inferido:

- (3) ele teria que queimar esse almanaque ... então antes de fazer qualquer aposta ele conseguiu pegar o almanaque ... **queimou** ... aí quando **queimou** imediatamente a manchete do jornal mudou ... (*Corpus D&G*, p. 188).
- (4) ele pediu um prato ... que ela foi enfiar o garfo e o negócio voou ... que num era para **comer** com garfo (*Corpus D&G*, p. 242).
- (5) e ela tinha um ... um caso né ... com um homem ... que ele ... é ... trabalhava ... mexia assim com drogas ... não é ... com tráfico ... um ladrão assim ... né ... pra conseguir o que ele queria ... ele **matava** ... né ... (*Corpus D&G*, p. 276)
- (6) no dia seguinte ... ele apareceu lá no hotel ... querendo seduzir sabe? a ... a moça ... mas ela não **aceitou** sabe? (*Corpus D&G*, p. 243).

Em (3) e (4), o objeto direto dos verbos *queimar* e *comer* é dado no contexto imediatamente precedente: *o almanaque* e *o*

⁹ Encontra-se em preparação um trabalho que aborda especificamente as manifestações discursivas dos objetos diretos não-expressos. Neste artigo, os dois tipos de objeto zero foram agrupados no quadro 1.

negócio, respectivamente. Em (5), a identidade exata do referente objeto de *matar* não pode ser recuperada e é irrelevante para os propósitos comunicativos do falante: infere-se que o ladrão matava qualquer pessoa que interferisse em suas atividades ilícitas. Com base em nossa experiência, atribuímos um argumento objeto ao verbo *matar*, muito embora não sejamos capazes de identificá-lo, já que ele representa um elemento genérico ou não-específico. Em (6), por outro lado, a recuperabilidade do objeto está aberta para o interlocutor, pois há vários SN candidatos potenciais ao papel gramatical de objeto direto, caracterizando o zero multireferencial. Dentre outras possibilidades, podem-se selecionar como referente do objeto zero: *a sedução, a proposta, a cantada*, etc. Tanto em (5) quanto em (6) a ênfase recai sobre o evento em si, daí a não explicitação do objeto direto. Dado o nosso conhecimento semântico/pragmático, inferimos o argumento não-expresso, muito embora ele não possa ser lexicalmente identificado.

Como se pode ver, o objeto zero anafórico é dado no texto, constituindo um subtópico discursivo, ao lado do sujeito tópico, e a possibilidade de referência anafórica reflete sua topicidade. Portanto, se afasta do objeto direto prototípico, que é o foco da oração, isto é, a informação nova. Por sua vez, a irrelevância comunicativa do objeto zero inferido está refletida na impossibilidade de recuperação precisa, em muitos casos, de seu referente: nem o falante nem o ouvinte precisam ser capazes de identificar o referente particular do objeto direto, aquele que sofreu mudança de estado. Há, portanto, uma diferença importante entre esses dois tipos de objeto zero. Com relação ao zero inferido, trata-se de uma operação de ajuste da valência, o que não se dá com o zero anafórico. No primeiro caso, a ausência do objeto direto se deve à falta de proeminência discursiva (cf. GOLDBERG, 2001). Na grande maioria dos casos em que um verbo com uma valência semântica de dois argumentos ocorre sem referência ao segundo argumento, a situação é tal que a identidade do item que preencheria a relação gramatical do segundo argumento não foi estabelecida e não precisa ser estabelecida para que o falante atinja seu propósito comunicativo. É a ação que é particularmente enfatizada. Por outro lado, o objeto zero anafórico funciona exatamente no tipo de situação contrária, ou seja, quando a identidade do referente está tão bem e recentemente estabelecida que não há possibilidade de confusão com alguma outra entidade. Vale lembrar que a noção de valência está estreitamente relacionada com a idéia tradicional de transitividade, a saber, um verbo transitivo é aquele que descreve uma relação entre dois participantes de tal modo que um dos participantes age sobre o outro. Um verbo intransitivo é aquele que descreve uma propriedade, um estado, ou uma situação que envolve apenas um participante. Segundo Payne (1997), as línguas têm várias

maneiras de ajustar (aumentando, diminuindo, reorganizando) a valência sintática das orações. O efeito semântico (isto é, conceitual) e pragmático de aumentar a valência sintática pode ser caracterizado como a promoção de um participante periférico ao centro do palco, enquanto o efeito de diminuir a valência é o rebaixamento de um participante central a um *status* periférico, ou sua eliminação da cena.

Incluem-se, ainda, na categoria dos objetos não explícitos os verbos de moldura semântica transitiva que ocorrem, preferencialmente, com objeto zero inferido não-específico ou genérico, como é o caso de *beber*, que implica *bebida alcoólica*, e *dirigir*, que implica *carro*, como nos exemplos seguintes:

- (7) a gente tinha ido pra:: Baixa Verde ... aí lá tinha uma vaquejada ... meu pai foi ... começou a **beber** ... começou a **beber** ... isso a gente tinha um Passat ...sabe? começou a **beber** ... e minha mãe morrendo de medo porque ... ele ia **beber** muito e pra voltar ... de noite era muito perigoso ... (*Corpus D&G*, p. 223).
- (8) eu vinha com o coração na mão ... sabe? [...] se eu soubesse **dirigir** ... por isso é que é bom ... a pessoa saber **dirigir** ... né? Porque numa hora dessa ... “pai vá pra trás que eu vou aí pra frente” ... (*Corpus D&G*, p. 225).

Esses verbos apresentam um significado especializado, na medida em que *beber* tende a envolver *álcool* na cena, e *dirigir* implica *carro*, a menos que especificado de outra forma. Então, pode-se dizer que *álcool* foi incorporado na moldura semântica de *beber*, assim como *carro* na de *dirigir*. Essa é a interpretação que normalmente atribuímos ao objeto zero desses verbos.

Note-se que o objeto anafórico é definido, ao passo que o objeto inferido é indefinido. Isso significa que, embora eles sejam sintaticamente iguais (são zero, isto é, não estão lá), semanticamente são diferentes, pois os inferidos não podem ser identificados com precisão. Do ponto de vista pragmático, o objeto inferido/indefinido é irrelevante na medida em que a saliência comunicativa incide sobre o evento/ação. Esse aspecto reflete o fato de que a estrutura argumental sintática e a estrutura argumental semântica de um verbo nem sempre coincidem no uso discursivo desse verbo, pois o comportamento sintático de um verbo também pode ser pragmaticamente motivado. A estrutura da informação tem a ver com o uso das orações e não com o significado das proposições, o que demonstra a independência dos papéis semânticos e pragmáticos. Isso nos leva a crer que a semântica nem sempre determina a sintaxe, apesar de funcionarem de forma integrada.

O objeto direto oracional¹⁰ apresenta algumas características que o afastam do protótipo: é representado por uma oração, e não por um SN nominal, é não-referencial, não-individuado e

¹⁰ Não foram contabilizados aqui os objetos oracionais dos verbos *dicendi*, tema de outro estudo. Para uma discussão sobre o estatuto sintático desses objetos, ver Furtado da Cunha (2004, 2005).

não-afetado. A oração complemento pode ser introduzida pelo complementizador *que*, por verbo no infinitivo ou por pronome relativo, como nos exemplos seguintes:

- (9) depois que ele **descobriu** [que as cartas eram dela] ... (*Corpus D&G*, p. 184).
- (10) dizendo que ela **tinha aceitado** [sair com ele] ... (*Corpus D&G*, p. 234).
- (11) eu já **sei** [quem foi] que ganhou... (*Corpus D&G*, p. 179).

A categoria complexo V + Objeto compreende construções que ocorrem com os chamados verbos-suporte (cf. BORBA, 1996). Esses verbos participam de uma construção complexa (GOLDBERG, 1995) com um nome que atua como o núcleo do predicado, enquanto o verbo é esvaziado de significado lexical, servindo como suporte de categorias verbais (tempo, modo, número e pessoa). Nessas construções, parece não haver separação semântica entre o evento/ação e seu complemento; ao contrário, a construção é interpretada como um todo. Os mesmos verbos que ocorrem nessas construções complexas (*dar, fazer, ter*, etc.) funcionam como verbos plenos quando seu complemento é um SN referencial. Em muitos casos a construção complexa pode corresponder a um verbo pleno, como em *dar conselho = aconselhar, fazer parte = participar, ter confiança = confiar*. Vejamos alguns exemplos:

- (12) gosto de **fazer amizade** e tudo mais ... (*Corpus D&G*, p. 175).
- (13) eu **tinha vergonha** de comer na frente do Alexandre ... (*Corpus D&G*, p. 227).
- (14) ela **deu um telefonema** pra casa do delegado ... (*Corpus D&G*, p. 280).

Não se pode analisar a estrutura argumental sem deparar com construções desse tipo ou sintagmas verbais fixos, idiomatizados, o que constitui um problema para qualquer análise. Parece não haver critérios bem estabelecidos que diferenciem as construções com verbo-suporte do tipo que estou denominando complexo V + Objeto das construções que também apresentam verbo semanticamente esvaziado + objeto, que podem corresponder a verbos simples, mas que são tidas como expressões cristalizadas ou idiomatizadas por alguns autores, como *fazer questão, fazer sucesso* (cf. NEVES, 2000). Esse assunto não será aprofundado neste trabalho.

Os dados analisados apontam para o fato de que a estrutura argumental dos verbos parece ser gradiente, o que significa que os verbos variam com relação a quão rígida ou quão frouxa sua estrutura argumental pode ser. Muitos verbos ocorrem em

mais de um padrão de estrutura argumental (confirmam-se os exemplos (1) e (5) acima, com o verbo *matar*). Além de serem pragmaticamente motivados, em termos do *status* informacional dos argumentos, padrões alternativos de estrutura argumental sintática provavelmente estão relacionados ao tipo semântico de verbo e a diferenças de significado de um mesmo verbo (próxima etapa da pesquisa sobre as manifestações discursivas da estrutura argumental).

5. Considerações finais

A lingüística funcional postula a ascendência do componente pragmático sobre o componente semântico, e do semântico sobre o componente sintático: a gramática da oração veicula o sistema semântico da língua, o qual, por sua vez, organiza os acontecimentos da realidade. A complexidade sintática resulta da pragmática da comunicação: a necessidade do falante de basear a cena referencial – o evento a ser comunicado – na cena atencional (TOMASELLO, 1999) – o evento de interação – que está compartilhando com seu(s) interlocutor(es). No nível do enunciado, as construções mais comuns e recorrentes na língua fornecem embalagens pré-estabelecidas, convencionalizadas ao longo do tempo, que servem de base para a referência a participantes e eventos particulares, e para o processo de tomada de perspectiva, selecionando diferentes elementos como foco primário do enunciado.

Para Du Bois (2003), os falantes, ao produzir discurso, são cuidadosos em rastrear quais referentes foram previamente introduzidos (e estão ativos na mente, no sentido de CHAFE, 1994) e quais estão sendo introduzidos pela primeira vez, tendo em vista o estado corrente de conhecimento (ou ausência dele) que seus interlocutores têm. As estratégias para o gerenciamento da informação governam parcialmente as escolhas lingüísticas, como aquela entre objetos diretos explícitos ou zero. Em geral, a escolha do falante com relação à forma de codificação do objeto direto pode ser considerada como um indicador sensível e confiável do custo cognitivo percebido em acessar um referente. Os verbos e suas estruturas argumentais, como tantos elementos na gramática, são multifuncionais: são capazes de servir simultaneamente a funções semânticas e pragmáticas. Ainda segundo Du Bois (2003), os padrões discursivos têm a ver com custo cognitivo: eles apontam para uma exploração sistemática da estrutura sintática como um quadro para a organização e gerenciamento de custos cognitivos na produção e compreensão do discurso. Nesse sentido, a estrutura argumental de um verbo define um formato para o processamento cognitivo, formato este que, uma vez cristalizado como estrutura gramatical devido a sua frequência no discurso, torna-se um recurso cognitivo disponível a todos os membros da comunidade de fala. No

processo de gramaticalização, aqui entendido como a fixação de padrões discursivos em padrões gramaticais, há, portanto, uma atuação direta do componente pragmático. Em relação à estrutura argumental, essa postura implica a interferência de fatores discursivos na codificação gramatical das orações e dos casos semânticos envolvidos, ressaltando a estreita correlação entre as determinações do discurso e as da gramática. O fato de muitos verbos ocorrerem ora com ora sem objeto torna a distinção entre verbos transitivos e intransitivos discursivo-pragmática, e não lexical e paradigmática.

Abstract:

This paper addresses the grammatical relation direct object, with the aim of analyzing the varying discourse manifestations of this element. As a result of this analysis, it is proposed a gradient treatment of objecthood, by means of a scale which ranks the direct object according to its degree of prototypicality. The research follows a functional perspective on language study, discussing syntactic, semantic and pragmatic aspects of the direct object, and considering the syntactic properties as derived from semantic and pragmatic properties of the verb the direct object is related to. The data for this study come from eight conversational narratives, collected from Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal.

Keywords: argument structure, direct object, scalar treatment.

Referências

- BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- CAMACHO, R. G. O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. v. VI: desenvolvimentos. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP: FAPESP, 1996.
- CHAFE, W. *Discourse, consciousness and time: the flow of displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1994

- _____. *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.
- DU BOIS, J. W. Discourse and grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.
- FARACO, C. E.; MOURA, F. M. de. *Gramática*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- FILLMORE, C. J. Pragmatically controlled zero anaphora. *BLS*, [S.l.], v. 12, p. 95-107, 1986.
- _____. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. (Ed.). *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- _____. Topics in lexical semantics. In: COLE, R. W. (Ed.). *Current issues in linguistic theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1977.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). A transitividade de verbos dicendi. *Revista do GELNE*, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 111-125, 2004.
- _____. *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.
- _____. O estatuto transitivo dos verbos de enunciação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 4., 2005, Brasília, DF. *Anais...* 2005. p. 407-413.
- _____; COSTA, M. A. A interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático. *Veredas*, [S.l.], v. 9, p. 61-70, 2001.
- FURTADO da CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GIVÓN, T. *Syntax*. v. 1-2. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- GOLDBERG, A. E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- _____. Patient arguments of causative verbs can be omitted: the role of information structure in argument distribution. *Language Sciences*, [S.l.], v. 23, p. 503-525, 2001.
- HOPPER, P.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, [S.l.], v. 56, p. 251-299, 1980.

- LABOV, W. The boundaries of words and their meanings. In: BAILEY, C.; SHUY, R. W. (Ed.). *New ways of analyzing variation in English*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1973.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- LANGACKER, R. *Foundations of cognitive linguistics*. v. 1: Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- PAYNE, T. *Describing morphosyntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- PEZATTI, E. G. Estrutura argumental e fluxo de informação. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. v. VI: Desenvolvimentos. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP: FAPESP, 1996.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1971.
- SCHLESINGER, I. M. *Cognitive space and linguistic case: semantic and syntactic categories in English*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- _____. Syntactic construction as prototype categories. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
- THOMPSON, S. A.; HOPPER, P. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Ed.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
- _____. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- TESNIÈRE, L. *Eléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1959.